



NORMATIVIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE E AS INTER-RELAÇÕES COM A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

GENDER AND SEXUALITY NORMATIVITY AND THE INTERRELATIONS WITH SCHOOL PHYSICAL EDUCATION

LA NORMATIVIDAD DE GÉNERO Y SEXUALIDAD Y LAS INTERRELACIONES CON LA EDUCACIÓN FÍSICA ESCOLAR

Eliaquim de Sousa Lima • Patrícia Ribeiro Feitosa Lima • Raphael Moreira Martins • Maria Eleni Henrique da Silva • Nilson Vieira Pinto

Resumo

Neste estudo, os conceitos de gênero e sexualidade são discutidos como dispositivos normativos de exercício e controle sobre/dos corpos, inter-relacionados com o campo da Educação Física Escolar, a fim de identificar como essa área de conhecimento foi/é tempo e espaço de (re)produção de mecanismos que envolvem amarras sociais e culturais de sujeitos(as). A revisão narrativa da literatura, baseou-se, crítica e interdisciplinarmente, em autores como Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro, Joana Pedro, Marcelo Silva, Carmen Soares, Castellani Filho, dentre outros, os quais se apresentam enquanto referências-base para os estudos de gênero, sexualidade e corpo. Os resultados evidenciaram que a historicidade da Escola e da Educação Física foi atravessada pelos artefatos de gênero e sexualidade, considerados dispositivos normativos e de controle dos corpos, mesmo cientes de serem também territórios marcados por tensões, disputas e resistências. Assim, concluiu-se que a Escola, mediante múltiplos códigos, e a Educação Física, em sua historicidade, a partir da separação por sexo e generificação das práticas corporais, permearam a construção dessas instituições, e tornaram necessário refletir e problematizar o tema, em intervenções docentes e futuras pesquisas, para enaltecer as vozes, os corpos e discursos dos ditos transgressores.

Palavras-chave: Escola; Educação Física; Gênero; Sexualidade.

Abstract

In this theoretical study, we seek to discuss the concepts of gender and sexuality as normative mechanisms for exercising control over bodies, interrelating them with the field of School Physical Education, in order to identify how this area of knowledge has served as a space and time for the (re)production of mechanisms involving the social and cultural constraints on individuals. Based on a narrative review of the literature, drawing critically and interdisciplinarily on authors such as Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro, Joana Pedro, Marcelo Silva, Carmen Soares, Castellani Filho, among others, who serve as foundational references for studies of gender, sexuality, and the body. The results showed that the history of the school and Physical Education has been permeated by gender and sexuality constructs, becoming normative and controlling devices over bodies, even though they are also territories marked by tensions, disputes, and resistance. Thus, it is concluded that the school, through multiple codes, and Physical Education, in its historical context, the separation by sex, and the gendering of bodily practices have permeated the construction of these institutions, making it necessary to reflect on and problematize these issues in teaching interventions and future research, highlighting the voices, bodies, and discourses of the so-called transgressors.

Keywords: School; Physical Education; Gender; Sexuality.

Resumen

En este estudio teórico, pretendemos analizar los conceptos de género y sexualidad como dispositivos normativos de ejercicio control sobre los cuerpos, en relación con el ámbito de la Educación Física Escolar, con el fin de identificar cómo esta área de conocimiento ha sido y es un espacio y un tiempo de (re)producción de mecanismos que implican ataduras sociales y culturales de los sujetos. A partir de una revisión narrativa de la literatura, basándonos, de forma crítica e interdisciplinar, en autores como Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro, Joana Pedro, Marcelo Silva, Carmen Soares y Castellani Filho, entre otros, quienes se presentan como referencias fundamentales para los estudios de género, sexualidad y cuerpo. Los resultados





pusieron de manifiesto que la historicidad de la escuela y de la Educación Física ha estado atravesada por los artefactos de género y sexualidad, convirtiéndose en dispositivos normativos y de control de los cuerpos, aun siendo conscientes de que también son territorios marcados por tensiones, disputas y resistencias. Así, se concluye que la escuela, a través de múltiples códigos, y la Educación Física, en su historicidad, la separación por sexo y la generificación de las prácticas corporales han impregnado la construcción de estas instituciones, de modo que es necesario reflexionar y problematizar en las intervenciones docentes y en futuras investigaciones, ensalzando las voces, los cuerpos y los discursos de los llamados transgresores.

Palabras clave: Escuela; Educación Física; Género; Sexualidad.

INTRODUÇÃO

Os aspectos que aludem às relações de poder e suas imbricações com gênero e sexualidade, no decorrer da história das sociedades, peculiarmente a imersão/interferência na produção humana, no corpo e sobre o corpo, permitem-nos depreender as estreitas vinculações existentes entre os dispositivos de poder com a Escola e, especificamente, com a Educação Física escolar.

O corpo foi, com fundamento em Michel Foucault, lócus de disciplina e controle para a construção de modelos, padrões e a “normalidade” de gênero e sexualidade, e as instâncias e instituições sociais – igreja, hospitais psiquiátricos, Escola, mídia, medicina, dentre outras – foram manipulados estrategicamente para materializar e corporificar essas concepções de indivíduos no mundo (Sobrinho, 2021).

Ao analisar o contexto escolar, percebeu-se que há inúmeros códigos – currículo, disciplinas, organização de tempo e espaço – adaptados à disciplina e ao controle (Moraes e Silva, 2012), tal como as disciplinas escolares, nomeadas atualmente de componentes curriculares, e que transmitem conhecimentos específicos de dada área.

Dessa forma, este trabalho corresponde ao recorte de uma dissertação de mestrado que entrelaçou gênero, sexualidade e dança com as experiências autobiográficas de professores(as) de Educação Física Escolar, e foi apresentada no programa de Mestrado Profissional em Educação Física em Rede Nacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Proef/IFCE).

Assim informado, este texto diz respeito a uma revisão narrativa da literatura, com bases crítica e interdisciplinar em autores como Michel Foucault, Joan Scott, Judith Butler, Guacira Louro, Joana Pedro, Marcelo Silva, Carmen Soares, Castellani Filho, dentre outros, os quais se apresentam enquanto referências-base para os estudos de gênero, sexualidade, corpo e Educação Física Escolar. Esses foram considerados mediante a compreensão subjetiva de autores(as) que constataram recorrência das citações a esses nomes em outros textos, os quais também se ocuparam dos temas aqui destacados.





Nesse sentido, objetiva-se, com este texto: discutir os conceitos de gênero e sexualidade como dispositivos normativos de exercício e controle sobre/dos corpos, inter-relacionando-os com o campo da Educação Física Escolar, a fim de identificar como essa área de conhecimento foi/é tempo e espaço de (re)produção de mecanismos envolvendo amarras sociais e culturais de sujeitos(as).

Em tempo, declaramos que as/os pesquisas/estudos que apostam na discussão, em controvérsias e evidenciação das fragilidades do sistema de gênero e sexualidade e suas incongruências, com as formas de ser e estar das pessoas neste mundo, enquadram-se como instrumentos epistêmicos imprescindíveis, com o fim de dismantelar os códigos de disciplinamento e controle dos corpos, historicamente perpetuados e visceralmente introjetados nas sociedades.

Adotou-se, neste estudo, um enfoque situado na sociedade ocidental, lócus de produção dos autores, com ênfase no contexto político-social brasileiro vivenciado durante o governo de Jair Bolsonaro (2019–2022). Nesse período, observou-se o fomento e recrudescimento de discursos e práticas de ódio direcionados a sujeitos(as) que subvertem as normas hegemônicas de gênero e sexualidade, implicando o enfraquecimento de conquistas e debates historicamente construídos por grupos marginalizados, ao longo das últimas décadas.

NORMATIVIDADE DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DISPOSITIVOS HISTÓRICOS DE PODER

A palavra gênero surgiu no contexto dos movimentos de mulheres, feministas, gays e lésbicas, cujo enredo baseou-se na trajetória de luta por direitos civis, humanos, de igualdade e respeito. Foi gestada no período histórico dos estudos feministas designado de “segunda onda”, que priorizaram as reivindicações pelo direito ao corpo, prazer e contra o patriarcado, este entendido como uma sistemática de poder dos homens na subordinação das mulheres (Pedro, 2005).

O gênero apresentou-se como atribuição sociocultural das relações entre os sexos, ou seja, como construções, determinando as origens de homens e mulheres (Scott, 1995). Essa posição identificou que os parâmetros anatômicos, fisiológicos e biológicos dos corpos ampararam inferioridades entre sujeitos(as) a partir de uma idealização intencionada com base em interesses sociais e culturais, e não porque essas diferenças por si só viabilizaram as desigualdades (Louro, 1997).

Dessa forma, além de evidenciar que as desigualdades são produzidas por interesses socioculturais, o conceito destaca que as formas de ser e estar de homens e mulheres na sociedade são culturalmente construídas, não se determinando, de modo substancial, pelo sexo biológico (Louro, 1997).





Nessa perspectiva, torna-se coerente compreender as feminilidades e masculinidades como experiências plurais, diversas, históricas e mutáveis, que podem, inclusive, tensionar e ultrapassar a lógica da binariedade heteronormativa.

Além do mais, o gênero serviu para identificar como as hierarquias entre mulheres e homens foram construídas, legitimadas, contestadas ou mantidas, dentro da história das sociedades (Pedro, 2005), fato que denota seu caráter analítico. Nessa questão, como categoria de análise, importantes movimentos de investigações foram sinalizados dentro dos espaços acadêmicos e científicos, das relações sociais e humanas entre os indivíduos, o que, posteriormente, instigou-nos à construção de pesquisas com ancoragens teóricas a partir dos estudos de gênero, feministas, pós-críticos, pós-estruturalistas, interseccionais e decoloniais, entre tantas outras bases que se formatam mediante o ingresso das mulheres no meio acadêmico e de suas diversas demandas relacionadas à raça, etnia, classe, sexualidade, corpo, etc.

Inferimos que, mediante os estudos de gênero, foi possível averiguar importantes contribuições para elucidar como se constituíam as interações entre os indivíduos no transcurso histórico das sociedades. Todavia, constatamos que este também obteve outras conotações, como a constituição e conformação das maneiras como as pessoas se apresentam e se representam em suas íntimas subjetividades, ou seja, em termos de identificação de gênero.

Enquanto identidade, o gênero significa e constitui sujeitos(as), incorporando-se às suas subjetividades, juntando-se aos marcadores sociais de classe, raça, etnia, sexualidade, etc., transcendendo o mero desempenho de papéis sociais, com o fito de compor como as pessoas se identificam e se expressam (corpo, cabelo, interesses, etc.). Historicamente, essas identidades foram influenciadas por uma delimitação binária, polarizando as autoafirmações em termos de serem mulheres ou homens (Louro, 1997), negligenciando ou designando como não inteligível aqueles(as) que borram as fronteiras: as pessoas trans, os não binários e travestis.

Ainda mais, visando prosseguir, a despeito dos significados associados ao termo gênero, enfatizamos que outra perspectiva de vislumbrar o entendimento desse vem a ser a sua lógica normativa, ou seja, como aparato de poder/regulação dos corpos. Dizemos isso, é pontuar que, no interior do gênero, ou por meio dele, há mecanismos estratégicos que incidem e moldam/moldaram as relações sociais humanas. Embora esse dispositivo normativo não tenha sido o único meio adotado, foi um campo persistente e importante para que o poder se dissipasse e entranhasse no ocidente (Scott, 1995).





Desse modo, enquanto aparato de poder, esteve a serviço da produção coerente da binariedade, e não somente dela, pois mesmo aqueles(as) que se desviam dessa normativa, estão encapsulados(as) por ela mesma. Então, identificados, ou não, como feminino, ou masculino hegemônico, ainda assim, existe uma interrupção administrativa para manter a norma, que, ao ser desviada, se associa à aberração, patologização, instigando imediatamente que poderes regulatórios, como determinadas instituições de controle, tomem atitudes para firmar a racionalidade do seu próprio poder regulador, ou seja, o gênero (Butler, 2014).

Nesse caminho, discutimos outro importante marcador social e dispositivo histórico de poder: a sexualidade, que estabelece nexos, aproximações e distanciamentos em relação ao gênero. Parafraçando Louro (2000), a sexualidade é uma construção cultural e plural que se manifesta mediante fantasias, desejos, prazeres, símbolos, representações, e pode ser conceituada, ainda, como a organização e valorização por parte dos indivíduos para obter a satisfação de seus desejos e prazeres (Seffner, 2006). Com essa noção, há uma ideia de rompimento com a concepção natural atrelada à sexualidade e ao corpo (Louro, 2000), explicitando o caráter fundamentalmente social e transitório das construções dos corpos, desejos, prazeres e afetividades, igualmente como se verificou na concepção de gênero.

Assim como o gênero, enquanto poder, a sexualidade teria historicamente se inscrito como um “dispositivo”, concepção cunhada por Michel Foucault, produzindo discursivamente uma verdade sobre o sexo (práticas sexuais) e intervindo no controle social da população, haja vista que, para esse teórico, a sexualidade não é um elemento preexistente, que, paulatinamente seria desnudada, mas é desenvolvida em meio “a práticas discursivas complexas e institucionalizadas” (Sobrinho, 2021, p. 55).

Trocando em miúdos, a sexualidade, como dispositivo, é uma forma de exercer poder por meio da produção de um saber e uma verdade, em que, fazendo uso do sexo e dos prazeres, se inscreve nos corpos individual e social (Farhi Neto, 2008). Dessa maneira, a sexualidade complementa e se emaranha com o gênero, ao engendrar os modelos normativos dos corpos em nossa sociedade, repercutindo-se em variados espaços sociais e institucionais, como a Escola e a Educação Física.

DIÁLOGOS COM DISPOSITIVOS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: DA ESCOLA À EDUCAÇÃO FÍSICA

Na seção anterior, contextualizamos a respeito de como gênero e sexualidade são concebidos enquanto aparato/normativa de poder. A partir deste momento, trilharemos por algumas pedagogias do corpo que são influenciadas e influenciam as citadas normas, quais sejam: a Escola e a Educação Física.





A escola e suas pedagogias do corpo em gênero e sexualidade

Para iniciar, destacamos que a instituição escolar atua no processo de reprodução e produção de gênero e sexualidade, de maneiras contínuas, acarretando não somente o disciplinamento e controle dos corpos, mas alcançando um autodisciplinamento, de modo que cada ser exerce um investimento afirmativo sobre si mesmo, reforçando, portanto, essa ordem de vida (Louro, 2000).

Ainda mais, essa pedagogia (a Escola), para a autora, visava formar homens e mulheres de “verdade”, ou seja, que apresentassem características sociais e culturais peculiares, quais sejam, para os homens, evitar ser explosivo e não demonstrar sentimentos, enquanto, às mulheres, reservavam-se a expressão das emoções e supostos descontroles/histeria.

Nesse entendimento, a Escola funcionaria com a missão de “transmitir” não apenas os conhecimentos científicos, mas operar no delineamento e comportamento dos corpos no que diz respeito ao gênero e à sexualidade, atendendo às expectativas sociais e culturais. Algumas dessas expectativas podem ser exemplificadas em Louro (2000, p. 13):

Para um garoto (mais do que para uma garota) tornar-se um adulto bem-sucedido implica vencer, ser o melhor ou, pelo menos, ser "muito bom" em alguma área. O caminho mais óbvio, para muitos, é o esporte (no caso brasileiro, o futebol), usualmente também agregado como um interesse masculino "obrigatório".

Em tese, a descrição indica que determinadas atividades não estariam direcionadas às mulheres, especialmente no terreno esportivo, visto como um campo de predominância masculina, cujo ingresso, por parte deles, garantiria a afirmação da sua identidade de gênero e da sexualidade. É prudente ressaltar, contudo, que mesmo em meio às dificuldades de inserção, atualmente, as mulheres, em suas multiplicidades de expressão (cis, trans, negras, lésbicas, periféricas, pobres, etc.) têm ocupado os esportes, peculiarmente aqueles negligenciados por não se adequarem aos seus corpos e identidades de gênero e sexual, caso do futebol, das lutas, revelando as incoerências das desigualdades codificadas como supostamente “natural”.

Importa lembrar que, enquanto polimento “moral” de sujeitos(as), a Escola funciona como uma máquina, designada de “maquinaria do poder”, conforme Moraes e Silva (2012), pois tem exercido historicamente papel primordial no engendramento dos corpos, principalmente no enviesamento pela lógica binária de gênero e da matriz heterossexual, bem como pelo interesse em governar a infância, controlando seus impulsos e comportamentos em consonância com a norma vigente, ressaltando a importância de serem sabedores de que quaisquer que forem os atos, haveriam de ter as suas





consequências. Com isso, para alcançar o desenvolvimento dessas aptidões, a instituição escolar assumiu a referência ideal para esse investimento (Moraes; Silva, 2012).

Em convergência, Scharagrodski e Narodowski (2005) tecem que os meninos aprendem, na Escola, que sua identidade masculina e heterossexual deve seguir um guia oficial e institucional, em que, propagando-se por meio das disciplinas curriculares, há o fornecimento de visões de uma sexualidade reprodutiva, cuja função do contato corporal seria a procriação, a ideia de uma família nuclear tradicional, que enfoca na heterossexualidade, e nas funções entre esposo e esposa com papéis divergentes, incumbindo aquele de prover, procriar e proteger.

Outrossim, salientamos que as conceituações em torno da Escola e os entendimentos de homens e mulheres e da heterossexualidade, podem ser vislumbradas sob as mesmas condições, quais sejam: o nascimento de uma Europa Ocidental com processos industriais e de urbanização em ascensão (capitalismo); influências iluministas e repercussões dos pensamentos médico e biológico (Moraes; Silva, 2008), externalizando as entrelinhas que contribuem no fornecimento de munções para dirimir as situações contextuais vivenciadas nas sociedades, principalmente ocidentais, e que ainda hoje guardam interferências nos ditames e nas relações sociais.

Dessa forma, se o poder recorreu a diversas instituições para operar a favor de sua proliferação, em específico a Escola, pontuamos que essa também buscou mecanismos para contribuir na empreitada, haja vista que não está representada por um prédio apenas, em termos infraestruturais, mas compõe-se de vários aspectos que se fundem para formar a sua identidade, dentre os quais, citamos as disciplinas curriculares, hodiernamente, nomeadas de componentes curriculares. Assim sendo, segundo Moraes e Silva (2012), o currículo pode ser diagnosticado como uma maquinaria generificada bastante poderosa, porque:

[...] é um dos dispositivos que concentra complexas relações entre a cultura e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídas e os conteúdos escolares. Impõe e ao mesmo tempo exclui práticas e saberes escolares vinculados com certo tipo de masculinidade e feminilidade adequada, correta e verdadeira (Scharagrodsky; Narodowski, 2005, p. 66, tradução nossa).

Então, a Escola torna-se uma pedagogia fundamental para a padronização de sujeitos(as) que frequentam esse espaço, seja pelas influências em sua concepção, seu histórico, seus tempos e espaços, ou o currículo escolar, que instiga a seleção de saberes para compor sua estrutura; a definição das práticas a serem realizadas; como serão executadas; e quem deverá realizá-las. Atravessando todo esse





tolhimento, o poderio generificante, e diria até heterossexual, já que são instâncias sociais e culturais de poder que trabalham conjuntamente.

Apesar dessa lógica imputada, e historicamente assumida pela Escola, ressalvamos que essa instância também tem sido lugar em que as pluralidades de corpos, gênero e sexualidade, se evidenciam e povoam, convivendo em meio a tensões e deslocamentos, arranjando-se e desarranjando-se, tornando essa instituição um território de batalhas e resistências, cujos outros modos de viver, sentir e expressar não apenas desestabilizam a cisgeneridade heteronormativa, mas mostram novas possibilidades de ser-atuante e legítimo.

Educação Física Escolar e suas pedagogias do corpo em gênero e sexualidade

Na subseção anterior, foi evidenciado o encadeamento de maquinarias, ou seja, a Escola, o currículo, as disciplinas curriculares. Apresentamos, aqui, o desdobramento dessas, a Educação Física, que tem sido uma maquinaria, ou uma engrenagem de poder (Moraes e Silva, 2012), seja por sua historiografia, ou pelas práticas corporais (jogo, dança, lutas, esportes, ginástica, práticas de aventuras).

Essa assertiva decorre da fundamentação de que determinadas práticas educativas – acrescentamos, aqui, movimentos, ações, comportamentos – seriam destinadas às pessoas, a depender de suas características anatômicas e fisiológicas, ou seja, ao ter um pênis ou uma vagina, automaticamente, conduziria a atividades peculiares a serem realizadas individualmente na Escola, e não somente nela. Nesse entremeio, a Educação Física constou e consta dessas conformações, contribuindo na produção de afastamentos entre sujeitos(as), na Escola e em outros campos da sociedade e cultura (Moraes e Silva, 2012).

Ao remontar à historicidade dessa área, no contexto brasileiro do século XIX e início do XX, observamos, em obras como a de Vitor Oliveira (2006) e Lino Castellani Filho (1988), que a “ginástica” – hoje uma unidade temática e/ou objeto de conhecimento vide a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) de 2017, e pertencente à cultura corporal (Castellani Filho *et al.*, 2014), era naquela conjuntura compreendida como sinônimo da expressão “Educação Física”, ou seja, ofereciam aulas de ginástica (exercícios físicos) – atuou na conjuntura aludida com nortes práticos de auxiliar o papel generificante dos corpos (Moraes e Silva, 2012).

Porquanto, ao nos reportarmos a Soares (2006), averiguamos que a ginástica foi sistematizada pedagógica e cientificamente, a fim de conseguir êxito na empreitada que envolvia o





adestramento do corpo; a inscrição de novos gestos; e a governança das vontades de sujeitos(as). Além disso, imbuída pelos pensamentos higiênicos e medicalizados, essa exerceu a produção de um corpo sadio e dócil, fazendo com que a educação disciplinar sobre o corpo individual e a vida pudesse ser garantida.

Ademais, no âmbito da ginástica, destacam-se os métodos ginásticos (sueco, alemão, francês e inglês) como instrumentos fundamentados nas Ciências Biológicas e que reificavam a regeneração das raças, no uso dos exercícios físicos como antídoto para os males sociais (e morais), na produção do corpo saudável e disciplinado para as múltiplas atuações da vida (Moraes e Silva, 2012).

Acrescentamos, por exemplo, que, por influências de George Demeny – biólogo, fisiologista, pedagogo e reconhecido expoente da Escola francesa – foram repensados os exercícios físicos, primordialmente, no que tange ao seu rigor metodológico e às preocupações com as demandas do corpo feminino, que necessitavam de cuidados por se responsabilizarem pelas funções maternas e de esposas do lar. Pensamento este encontrado no Brasil mediante as ideias escritas de Fernando de Azevedo e Rui Barbosa (Soares, 2004), textualizadas em Lino Castellani Filho (2014).

Nesse sentido, há, por parte desses teóricos, a defesa pela inclusão das meninas na prática da ginástica, ressaltando-se que a inserção fosse demarcada por atividades diferenciadas. Nas entrelinhas, o enfoque maior não era necessariamente a inclusão das mulheres nas práticas corporais, e, sim, a possibilidade de regular seus corpos para gerarem proles fortes que conseguissem, em tempos posteriores, estar a serviço dos interesses da pátria (Castellani Filho *et al.*, 2014). Essa visão denuncia uma mobilização muito mais política, social e econômica de interesse ideológico dominante, do que preocupações com o direito das mulheres frequentarem as práticas corporais.

Diante disso, na eminência de tais ideias que impactaram a ginástica, é que principiámos a generificação do currículo da Educação Física, representada peculiarmente pela separação dos sexos no percurso da escolarização, cujas bases epistemológicas fundaram-se no pensamento médico-higienista (Moraes e Silva, 2008). Notavelmente, essas sistematizações influenciaram o desenrolar da disciplina na Escola, resguardando-se adereços curriculares de gênero, e, porque não, de sexualidade, complementada – a ginástica – por outra maquinaria e/ou engrenagem – o esporte (Moraes e Silva, 2012; Soares, 2006).

Nas palavras de Soares (2006), o esporte é impregnado de elementos como conhecimentos, técnicas e discursos, que legitimam o controle dos corpos, e é considerado uma das atividades humanas mais emblemáticas desse sentido de intervenção da vida, especialmente, nos quesitos de higiene e espetacularização.





Potencializado no seio da sociedade industrial, capitalista, e flertando com valores morais e das rotinas do trabalho, o esporte, assim como aconteceu com a ginástica, assumiu importante *status* nos séculos XIX e XX, no que concerne à oportunidade de divertimento (consentido); treino do “corpo e da mente”; preparação para evitar desgastes físico-emocionais. Com isso, objetivava ter qualidade na mão de obra e no fomento às mentes da população para o desejo de alcançar medalhas, na medida em que despertava para a competitividade esportiva, aspecto bastante alinhado aos princípios aguardados pelo sistema político-social capitalista (Soares, 2006).

Esse fenômeno social, muito mais do que a ginástica, exercendo o controle sobre os corpos, tornou-se ferramenta generificadora, externalizando a separação por sexo; o sexismo na prática; e a difusão da matriz heterossexual (Moraes e Silva, 2012). Ao enfocá-lo, verificamos que seu terreno foi estruturado historicamente com alicerces biologizantes, produzindo justificativas que o tendenciaram como um lugar mais permissível aos homens, ocasionando, em contrapartida, a formação de caminhos tortuosos para a inserção das mulheres, como lembra Goellner (2006, p. 34):

O suor excessivo, o esforço físico, as emoções fortes, as competições, a rivalidade consentida, os músculos delineados, os gestos espetacularizados do corpo, a liberdade de movimentos, a leveza das roupas e a seminudez, práticas comuns ao universo da cultura física, quando relacionadas à mulher, despertavam suspeitas porque pareciam abrandar certos limites que contornavam uma imagem ideal de ser feminina. Pareciam, ainda, desestabilizar um terreno criado e mantido sob domínio masculino cuja justificativa, assentada na biologia do corpo e do sexo, deveria atestar a superioridade deles em relação a elas.

Com isso, ao concebermos o esporte como instrumento de extrema importância na definição dos corpos, principalmente nas questões que perpassam o gênero e a sexualidade, notificamos que as desigualdades conferidas em âmbitos macrossociais estão por serem reforçadas e alimentadas em suas cenas esportivas: seja pelos discursos que o negaram por muito tempo como um espaço acessível à entrada das mulheres, justificando-se em atributos anatômico-fisiológicos; seja pelo questionamento quanto à legitimidade de ser uma mulher de verdade, quando a sua inserção se efetiva mesmo perante as dificuldades; seja pela possibilidade de perpetuar a ideia supostamente natural da superioridade dos homens.

Cabe assinalar que, apesar de inseridas em contextos marcados por desafios de ordens social, política e econômica, e de trajetórias esportivas historicamente atravessadas por desigualdades, diversas mulheres brasileiras, como Marta, Rebeca Andrade, Miraildes Maciel, Rayssa Leal, Tiffany Abreu e Rafaela Silva, têm tensionado arquétipos e normas de gênero, sexualidade, classe, raça e etnia. Ao mesmo tempo,





publicizam narrativas de empoderamento, conquistas e feitos que confrontam discursos historicamente responsáveis por sua invisibilização e exclusão no campo esportivo.

Diante das exposições anteriores, constatamos que a dimensão histórica da Educação Física (Escolar) pautada na influência soberana da ginástica e do esporte, como conteúdos principais das aulas, guarda enlaces com as normativas culturais de gênero e sexualidade que estruturaram essa área de conhecimento, como corroborado por Prado (2014, p. 64):

Ao resgatar os pressupostos sobre a diferenciação de gênero e a adequação de atividades corporais e/ou esportivas para homens e mulheres, é possível compreender os discursos da área enquanto linhas de subjetivação que visam construir corpos coerentes com os regimes de verdade que legitimam determinados modelos de masculinidades, feminilidades e expressões de sexualidade como ideais.

Tais pressupostos ocasionaram a perpetuação dessas normativas para o âmbito da ação pedagógica (separação por sexo) e outras práticas corporais da/na Educação Física Escolar. No caso da dimensão da ação pedagógica, as aulas separadas para meninos e meninas, que imperou e ainda é possível encontrar escolas com essa formatação, ratifica o desdobramento do discurso anatômico-biológico reinado nesse campo de conhecimentos, evidenciando a diferença sexual como a base da explicação para o desenvolvimento das mesmas e da constituição de sujeitos quanto à identificação com um gênero e uma sexualidade que sejam congruentes com o ditado (Prado, 2014).

Nesse cerne, uma problematização se faz necessária: Será que as aulas mistas, na Educação Física Escolar, são, por si só, o lócus de desnaturalização das diferenças construídas em gênero e sexualidade? Para Prado (2014), aulas misturadas com meninos e meninas têm sentido se aqueles(as) estudantes com dificuldades motoras conseguirem construir um desempenho que lhes oportunizem se envolver e participar das tarefas com equidade, do contrário, esbarra-se na manutenção das desigualdades. Importante pensar que, apenas o “estar junto”, não é condição exclusiva para assegurar que as problemáticas históricas envolvidas entre sujeitos(as), nas aulas e em atividades corporais desse componente, sejam resolvidas.

De acordo com Moraes e Silva (2012), existem diferenças significativas na compreensão de aulas mistas e coeducativas. De maneira geral, as primeiras são marcadas pela realização conjunta das aulas, mas não necessariamente prezam pela equidade de oportunidades e participação, aspecto que marca o objetivo central nas coeducativas. Portanto, são as coeducativas que mais se aproximam do desejo de desnaturalização das desigualdades de gênero e sexualidade nas aulas de Educação Física.





É determinante, então, um trato pedagógico e metodológico intencional que permita discutir, experimentar e refletir sobre essa temática, especialmente, nas e por meio das práticas corporais. Haja vista que, no universo dessas e das suas experimentações, existiu uma adjetivação em “masculinas” e “femininas”, conduzindo a processos de fabricação dos corpos em homens e mulheres que acordem a manutenção de um regime da verdade. Com isso, ocupar e atuar em atividades designadas de acordo com o gênero ou a sexualidade assumidos é uma possibilidade de ser inteligível, ou seja, ser lido e compreendido socialmente como “normal” (Prado, 2014).

Como já explanado, o esporte e a ginástica foram práticas corporais propagadoras de distinções e formulação de comportamentos de meninas e meninos. A ginástica apresentava exercícios mais suaves àquelas, e mais vigorosos a esses. O esporte, por sua vez, delineou-se como território hostil às meninas (e obrigatório aos meninos), de modo que alguns foram interditados, como os arrolados no Decreto-Lei n.º 3199, de 14 de abril de 1941, do Conselho Nacional de Desportos, quais sejam: futebol, *rugby*, polo, salto com vara, salto triplo, decatlo e pentatlo (Goellner, 2006).

Para além desses, citamos outras práticas corporais/unidades temáticas e objetos de conhecimentos na Educação Física, caso dos jogos e das brincadeiras, que também foram alvos das normatizações sociais e culturais. Altmann (2015), em sua pesquisa, verificou que meninos participavam (e elaboravam) brincadeiras para demonstrar a “natureza” masculina, especialmente aquelas arraigadas de violência, que simbolizavam demarcação da fronteira entre os gêneros masculino e feminino, entre homossexual e heterossexual. Isto é, a menina devia se isentar, de modo que, se o mesmo ocorresse com o menino, automaticamente, era posto em dúvida a sua masculinidade e heterossexualidade, e culminar em associações ao feminino e ao homossexual.

Da mesma forma ocorreu com o voleibol, desvelado em diálogo estabelecido por Oliveira (2010) com um de seus interlocutores, no qual destaca-se que um de seus participantes tendenciou as técnicas corporais da modalidade ao universo feminino, justificando que as habilidades, nesse esporte, eram fundadas em motricidades finas, delicadas e que, unidas conjuntamente, se associavam a uma coreografia, ou seja, à dança, indicando a “feminilização do vôlei” (Oliveira, 2010, p. 55).

As lutas também se constituíram como ambiente em que o vigor físico, a agilidade, dureza, velocidade, enquadram-se enquanto capacidades físicas privilegiadas e que fugiam da concepção reprodutora, delicada e frágil aguardada das mulheres na sociedade (Araújo; Alvarenga, 2010).





Ocorre, ainda, com as danças, pois, se as mulheres foram, no decurso da história, alijadas de participar e praticar o esporte, por ter sido esse territorializado como pertencente ao universo masculino, igualmente, outras práticas corporais, além das esportivas, são sonogadas a esses, por não caírem bem e pertencerem teoricamente ao universo feminino. A dança, é, portanto, umas dessas práticas corporais que sofreu com essa maneira de pensar (Saraiva; Kleinubing, 2013). Enfim, como grifam Prado e Ribeiro (2010, p. 409):

A menina que briga para ser aceita em uma partida de futebol, ou o menino que passa longe dos campos ao buscar espaço para se manifestar corporalmente na quadra de voleibol ou arriscando alguns passos de dança em algum canto do pátio, podem acabar alvos de comentários acríticos, normalizadores e estigmatizantes por não adentrarem no jogo padronizado das atividades que melhor se enquadrariam para seus gêneros.

Em suma, visando exemplificar e clarificar algumas situações culturais e sociais de gênero e sexualidade que perpassam as práticas corporais e que necessitam de atenção e serem problematizadas na tematização durante as aulas, elencamos, no quadro 1, alguns modos pelos quais as interferências dessa lógica se manifestaram (am) nas unidades temáticas.

Quadro 1 – F(atos) normativos socioculturais de gênero e sexualidade na Educação Física Escolar

Unidades Temáticas	Descrição de Situações Sociais e Culturais
Esportes	Convencionalmente, as meninas inseridas na prática do futebol/futsal, bem como os meninos, no voleibol, tendem a ser rotulados como homossexuais. Inclusive, o gesto de “cortar” a bola no voleibol, que exige o movimento de flexão e extensão do punho, põe em evidência o “quebrar a munheca”, expressão que em alguns contextos regionais do Brasil é usada para hostilizar os homossexuais
Ginástica	A Federação Internacional de Ginástica (FIG) e a Confederação Brasileira de Ginástica (CBG) não autorizam a participação masculina nas Olimpíadas e Campeonatos Mundiais de Ginástica Rítmica. De forma semelhante, na Ginástica Artística, declaram-se aparelhos exclusivamente masculinos (cavalo com alças, barras paralelas, barra fixa e as argolas) e femininos (barras assimétricas e trave de equilíbrio), pois, embora existam aparelhos em comum (solo e salto sobre a mesa), no solo, não é permitido o uso de música na apresentação masculina
Lutas	Consideradas, socialmente, prática corporal extremamente viril, impõem ao universo feminino o enfrentamento de diversas barreiras, incluindo a associação homossexual. Destaca-se, com isso, a baixa adesão feminina e os receios existentes entre meninos e meninas durante a prática, quer seja ocasionado pelo contato corporal, quer seja pela ideia pávida de “perder” para uma menina



Unidades Temáticas	Descrição de Situações Sociais e Culturais
Dança	Enquanto o Balé é manifestação corporal muito frequentada por mulheres, e embarreirada aos meninos, que, ao entrarem, são etiquetados como homossexuais e afeminados, por outro lado, a dança Hip Hop é convencionada como lugar masculino, de modo que a inserção feminina põe em xeque a sua condição de mulher delicada, potencializando comentários masculinizantes, e autuando-as como lésbicas
Jogos e Brincadeiras	Aos meninos, jogos e brincadeiras como pega-pega, jogar bila ou bolinha de gude, e em tons mais violentos, tendem a ser adequados. Para as meninas, pular corda; elástico; brincadeiras cantadas; Ciranda, Cirandinha; Amarelinha, seriam mais aceitáveis. Nesses casos, a menina que brinca de correr, ou o menino que brinca de Ciranda, Cirandinha, seriam autuados, do ponto de vista do critério cultural, como não masculinos ou femininos e, automaticamente, postos como sujeitos homoafetivos
Práticas Corporais de Aventura	O <i>skate</i> , por exemplo, é uma manifestação com códigos sociais que a torna um território socialmente indicado aos meninos, de maneira que a inserção de meninas não é estimulada, e, quando isso acontece, colocam em dúvida a sua sexualidade e feminilidade

Fonte: construção dos autores.

Diante do exposto, averiguamos entrelaces históricos da área da Educação Física com as (re)produções de gênero e sexualidade (im)postas pela sociedade, tanto em seus desdobramentos iniciais enquanto “ginástica”, pelos códigos pedagógicos de divisão das turmas de acordo com o sexo, quanto pela divisão generificada das práticas corporais de movimento que estão, no quadro 1, sintetizadas em situações reais.

Salientamos que no quadro 1 constam situações lidas em textos, presenciadas, ou ouvidas de histórias transmitidas de sujeito-sujeito, de modo que não anulam, ou invalidam, o que já mencionamos em outros momentos: a Escola e a Educação Física não são somente reprodutoras e produtoras das normas de gênero e sexualidades; os seus espaços e tempos de vivências são também lugares de expressão da diversidade, de tensionamentos, deslocamentos e apontamento de outros modos de ser e estar, seja nos esportes, nas lutas, na dança, nos jogos e brincadeiras, nas práticas de aventura e na ginástica.

Conforme relato de Louro (1997), a relação de poder existe porque há resistência e, sem ela, não haveria necessidade de imposição e controle. Então, mesmo nos posicionando pela compreensão da Escola e da Educação Física como pedagogias estruturadas por discursos e práticas binárias e heterossexuais, devemos ressaltar as narrativas de transgressão que sempre estiveram nas trincheiras,





que sempre estiveram na frente, recusando-se a ceder às normas e aos códigos de policiamentos de suas *performances*, expressões e manifestações.

DESFECHO (INACABADO) DAS QUESTÕES INDIGITADAS

Dessa forma, constatamos que o gênero e a sexualidade são dispositivos de poder que atuam no controle dos corpos, ao longo da história e das sociedades, nos quais a Escola e a Educação Física estão inter-relacionadas e se expressam como pedagogias fundamentais na reprodução e produção desses mecanismos de regulação.

Em adição, certificamos que os códigos sociais e culturais normativos inserem-se na Escola por meio de sua concepção em termos institucionais; na sua organização: tempo, espaço e currículo, dos quais a Educação Física fez/faz parte mediante seu percurso histórico de separação por sexo das aulas; e pela estereotipação das práticas corporais – jogo e brincadeira, esporte, dança, ginástica, lutas e práticas corporais de aventura –, uma vez que são constituídas como instrumentos imprescindíveis para a produção e reprodução de discursos e atos normalizadores, no que toca às dimensões do gênero e da sexualidade. Essas influências normatizantes propiciam que “os sujeitos subjetivassem, de maneiras distintas, seus posicionamentos sociais a partir da noção de diferença sexual” (Prado, 2014, p. 90).

Nesse sentido, importa desnudar essas interferências que permeiam a Educação Física, peculiarmente, as práticas corporais, tendo em vista que, além de acionar e efetivar o regime discursivo de gênero e sexualidade na aparência dos corpos, mantém o discurso biológico que fundamenta a divisão sexual e neutraliza seu caráter social, bem como constrói, no imaginário social, que as mulheres são inferiores e inaptas para as práticas corporais.

Assim, é importante, no constante compromisso do fazer pedagógico de cada docente, a proposição e a aplicação de uma Educação Física na Escola que rompa com os seus paradigmas históricos, com as contradições –no que dizem respeito aos debates de gênero e sexualidade – que pairam nesse lugar social, e, por que não dizer, nesse componente curricular, mormente, a naturalização da definição de “isto é de menino e isto é de menina”, em vista de um horizonte em que a diversidade e a pluralidade das potencialidades dos corpos na Escola, nas aulas de Educação Física e nos envolvimento com as práticas corporais, não sejam reféns da ideia padronizada de “normal”, mas que signifique uma decisão singular de cada estudante.





Por fim, ressaltamos que, neste texto, não se esgotam as discussões sobre as análises que envolvem as influências e relações normativas de gênero e sexualidade no/com o campo da Educação Física Escolar. Outras análises necessitam ser desenvolvidas, a fim de corroborar ou contrariar as discussões apontadas neste trabalho, afinal, a prioridade é a construção de um conhecimento científico fruto da dialética.

Ainda, indicamos que possíveis investigações sobre o tema podem caminhar no sentido de compreender como as práticas corporais não somente reproduzem, mas também servem para problematizar normas, códigos e regulações de gênero e sexualidade que as permearam, isto é, evidenciar as vozes e as *performances* de identidades e corpos que tensionam as normas e mostram que outras possibilidades de viver são tanto possíveis quanto dignas. Além disso, também averiguar se, atualmente, os compromissos docentes estão sendo exercidos com essa intencionalidade crítica e reflexiva do tema em questão.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. **Educação física escolar**: relações de gênero em jogo. São Paulo: Cortez, 2015.
- ARAÚJO, Marcus Paulo; ALVARENGA, Raphaela. Lutas e questões de gênero: construções histórico-sócio-culturais. *In*: CONGRESSO SUDESTE DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 3. **Anais...** Niterói, RJ: CBCE, 2010.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2017.
- BUTLER, Judith. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n. 42, p. 249-274, 2014.
- CASTELLANI FILHO, Lino. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Coleção Corpo & Motricidade, Campinas: Papirus, 1988.
- CASTELLANI FILHO, Lino *et al.* **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 2014.
- FARHI NETO, Leon. Biopolítica como tecnologia de poder. **INTERthesis**, v. 5, p. 47-65, 2008.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. As práticas corporais e esportivas e a produção de corpos generificados. *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**: problematizando práticas educativas e culturais. Rio Grande, RS: FURG, 2006.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.





- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG, 2000.
- MORAES E SILVA, Marcelo. **Entre a ilha deserta e o arquipélago: mapeamentos e cartografias das percepções de professores(as) sobre as masculinidades produzidas nas aulas de educação física**. 2008. 216f. Dissertação (Mestrado) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.
- MORAES E SILVA, Marcelo. Escola e educação física: maquinaria disciplinar, biopolítica e generificante. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 34, p. 343-357, 2012.
- OLIVEIRA, Leonbardo Erivelto Soares de. **O jogo dos gêneros e o gênero do jogo: o caso do voleibol**. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2010.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho de. **O que é educação física**. 5. reimpr. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **História**, v. 24, p. 77-98, 2005.
- PRADO, Vagner Matias do. **Entre ditos e não ditos: a marcação social de diferenças de gênero e sexualidade por intermédio das práticas escolares da Educação Física**. 2014. 258f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, SP, 2014.
- PRADO, Vagner Matias do; RIBEIRO, Arilda Inês Miranda. Gêneros, sexualidades e educação física escolar: um início de conversa. **Motriz**, v. 16, n. 2, p. 402-413, 2010.
- SARAIVA, Maria do Carmo; KLEINUBING, Neusa Dendena. Estereótipos de movimento e gênero na dança no Ensino Médio. *In*: DORNELLES, Priscila Gomes; WENETZ, Ileana; SCHWEGBER, Maria Simone Vione. **Educação física e gênero: desafios educacionais**. Ijuí: ed. Unijuí, 2013.
- SCHARAGRODSKY, Pablo Ariel; NARODOWSKI, Mariano. Investigación educativa y masculinidades: más allá del feminismo, más acá de la testosterona. **Revista Colombiana de Educación**, n. 49, 2005.
- SEFFNER, Fernando. Cruzamentos entre gênero e sexualidade na ótica da construção da(s) identidade(s) e da(s) diferença(s). *In*: SOARES, Guiomar Freitas; SILVA, Meri Rosane Santos da; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: problematizando práticas educativas e culturais**. Rio Grande, RS: FURG, 2006.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.
- SOARES, Carmen Lúcia. **Educação física: raízes europeias e Brasil**. 5. ed., Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- SOARES, Carmen Lúcia. Pedagogias do corpo: higiene, ginásticas, esporte. *In*: RAGO, Margareth; VEIGA NETO, Alfredo (Org.). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2006.





SOBRINHO, Antonio Santana. **Elementos da teoria de poder em Michel Foucault**. Iguatu, CE: Quipá, 2021.

Eliaquim de Sousa Lima

<http://lattes.cnpq.br/8470615335639040>

<https://orcid.org/0000-0002-8771-2531>

Secretaria de Educação do Estado do Ceará (Fortaleza, CE – Brasil)

eliaquimsousa@hotmail.com

Patrícia Ribeiro Feitosa Lima

<http://lattes.cnpq.br/2423031650053222>

<https://orcid.org/0000-0001-5088-3081>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Fortaleza, CE – Brasil)

patriciafeitosa@ifce.edu.br

Raphaell Moreira Martins

<http://lattes.cnpq.br/7893644875444364>

<https://orcid.org/0000-0001-6988-7795>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Baturité, CE – Brasil)

raphaell.martins@ifce.edu.br

Maria Eleni Henrique da Silva

<http://lattes.cnpq.br/2076267318309264>

<https://orcid.org/0000-0003-3275-0343>

Universidade Federal do Ceará (Fortaleza, CE – Brasil)

melenih@gmail.com

Nilson Vieira Pinto

<http://lattes.cnpq.br/7563886945450680>

<https://orcid.org/0000-0001-6548-8586>

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (Baturité, CE – Brasil)

nilsonvieira@ifce.edu.br

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Autor 1: Planejamento e delineamento do estudo; coleta e tratamento dos dados; análise e interpretação das informações obtidas; escrita colaborativa do texto final.





Autora 2: Planejamento e delineamento do estudo; coleta e tratamento dos dados; análise e interpretação das informações obtidas; escrita colaborativa do texto final.

Autor 3: Planejamento e delineamento do estudo; coleta e tratamento dos dados; análise e interpretação das informações obtidas; escrita colaborativa do texto final.

Autora 4: Planejamento e delineamento do estudo; coleta e tratamento dos dados; análise e interpretação das informações obtidas; escrita colaborativa do texto final.

Autor 3: Planejamento e delineamento do estudo; coleta e tratamento dos dados; análise e interpretação das informações obtidas; escrita colaborativa do texto final.

FINANCIAMENTO

Não houve financiamento.

DISPONIBILIDADE DE DADOS DE PESQUISA

Os dados utilizados no presente estudo foram integralmente coletados e analisados pelos autores.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

Não há conflito de interesses.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

LIMA, Eliaquim de Sousa *et al.* Normatividade de gênero e sexualidade e as inter-relações com a educação física escolar. **Corpoconsciência**, v. 30, e20735, p. 1-19, 2026. <https://doi.org/10.51283/rc.30.e20735>.

Recebido em: 14/12/2025

Aprovado em: 27/04/2026

Publicado em: 03/06/2026

